Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus | Órgão do Movimento de Esquerda Socialista | Ano I N.º 29 / 14 Maio de 1975 | Preço 3$00

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO IMPÕE MARGINALIZAÇÃO DOS PARTIDOS BURGUESES

O último Teledomingo foi a demonstração inequívoca da incapacidade política da, dividida e contraditória, estrutura do poder, para contribuir para que o processo em curso leve ao socialismo em Portugal.

Foi patente a centenas de milhares de espectadores o espectáculo dos becos sem saída a que conduz a política de conciliação de classes, a demonstração dos impasses em que corre o risco de cair um processo revolucionário quando se tenta fazê-lo depender de uma unidade que a História condena e de cujos resultados trágicos dá exemplos claros.

Face aos acontecimentos políticos que se seguiram às eleições para a Constituinte e que representam a ofensiva das forças burguesas contra o desenvolvimento do processo revolucionário – pois marcam a tentativa de impôr na prática a tradução da vitória eleitoral do anti-comunismo de roupagem vermelha e punho demagogicamente cerrado – **o Conselho da Revolução, ao jogar a cartada da reconciliação pública dos partidos da coligação sob o seus braços paternais, falha completamente**, pois as únicas imagens que conseguiu dar aos portugueses foram a ausência de soluções revolucionárias apontadas pelos partidos para superar a crise política e económica, o ridículo e o balofo repetir de palavras sem conteúdo, a impotência em posições claramente contraditórias.

Não é por acaso que um processo revolucionário, que no dia 12 de Março mostrou largas potencialidades de avanço rápido em direcção ao socialismo, parece agora entravado Tal deve-se fundamentalmente, por um lado, às eleições para a Constituinte se terem realizado com todo o cortejo de consequências que se previam (divisão nas massas populares, divisão no M.F.A., instrumentalização de largos sectores pela social-democracia, pela contra-revolução), e, por outro lado, ao facto das massas trabalhadoras não estarem suficientemente organizadas para responder revolucionariamente aos impasses criados, assumindo o controle do processo a todos os níveis (político, económico, ideológico).

Deste modo, o poder político, civil e militar, que permanece dividido – pois, no seu seio é cada vez mais evidente a coexistência de revolucionários e reaccionários, de verdadeiros socialistas e charlatães anti-comunistas – na impossibilidade de apresentação de um projecto inequivocamente revolucionário em que o socialismo de que se fala ganhe um conteúdo claro e concreto, joga na ideologia produtivista como se a chamada **batalha da produção** pudesse resolver e superar as contradições da actual situação.

Será que falar inflamadamente de «batalha da produção» resolve alguma coisa quando a anarquia capitalista se faz hoje sentir em dezenas de empresas, onde por falta de matérias-primas ou ausência de mercado garantido há centenas de trabalhadores que não produzem, nem podem produzir!?

Será que metralhar os trabalhadores com a **batalha da produção** adianta alguma coisa quando cada vez há mais homens e mulheres que não produzem nem podem produzir (pois estão desempregados!)?

Será que é com ideologias da «batalha da produção» que se responde às necessidades de centenas de milhares de trabalhadores que são diariamente explorados em sectoros que continuam nas mãos dos mesmos patrões de sempre?

Será que se podem exigir sacrifícios de grande vulto aos trabalhadores quando a ideologia oficial mantém contradições enormes como o falar em socialismo e paralelamente em permanência na N.A.T.O., falar em controle de todos os meios de produção pelos trabalhadores e simultaneamente fazer apelos à pequena e média burguesia para que invistam?

Como se pode incentivar os trabalhadores à produção quando é cada vez mais claro que os partidos políticos do Governo Provisório falam todos em socialismo, mas cada qual com um «socialismo» diferente do outro, não falando nenhum na necessidade do poder passar definitivamente para os trabalhadores organizados a todos os níveis?

Continua na pág. 2

ANGOLA unidade revolucionária contra neocolonialismo

A propósito dos graves acontecimentos ocorridos em Angola, que se enquadram na criminosa estratégia do imperialismo, a Frente Socialista Popular, a Liga Comunista Internacionalista, a Liga de União e Acção Revolucionária e o Movimento de Esquerda Socialista emitiram um comunicado conjunto, tornado público em conferência de Imprensa levada a efeito ontem, terça-feira

É o seguinte o texto do comunicado:

As derrotas do imperialismo na Indochina, em Moçambique e na Guiné-Cabo Verde e as lutas que contra ele se levantam em muitas partes do Mundo, fazem com que se concentrem sobre Angola poderosas forças que tentam impedir o acesso do povo angolano a uma independência completa, instaurando aí uma situação neo-colonial.

O processo de descolonização iniciado por Portugal após o 25 de Abril, em resultado da luta vitoriosa dos povos das colónias, tem reflectido as contradições do próprio processo revolucionário no nosso país, onde as forças do imperialismo e da reacção têm sofrido sucessivas derrotas, mercê fundamentalmente da capacidade de resposta dos trabalhadores e das suas organizações aliada à acção das correntes progressistas do M F A

Se, nos casos da Guiné-Cabo Verde e Moçambique, a força dos movimentos de libertação impediu soluções de tipo neo-colonial, **no caso de Angola, pelo contrário, o imperialismo logrou conquistar posições, grandemente reforçadas com a cumplicidade de colonialistas portugueses, com destaque para o ex-general Spínola**

Esta situação tem sido denunciada repetidas vezes pelas organizações signatárias, sem que, no entanto, medidas eficazes tenham sido tomadas, por forma a impe-

Continua na pág. 4

SOGANTAL –uma luta exemplar

A luta da Sogantal é uma luta exemplar e pioneira.

– É exemplar pela capacidade demonstrada de nunca se reduzir ao campo limitado da reivindicação económica, e pela tenacidade de coesão que nunca permitiu a manipulação da sua iniciativa por organizações reformistas ou grupos esquerdistas.

– É pioneira, pois foi aí que pela primeira vez uma luta operária tomou formas ofensivas avançadas, como a ocupação da fábrica, expulsão do capitalista, a venda directa ao consumidor, a mobilização das populações vizinhas, etc.

A luta da Sogantal não será um processo acabado com a fuga do patrão ou o fim dos stocks para venda.

Maio de 75 encerra um ano de experiências neste processo. Aproveitando o facto, as operárias da Sogantal estão a organizar para dia 29 de Maio a comemoração do seu primeiro aniversário de luta, a realizar no Montijo, em que se fará uma recolha de fundos destinados à recuperação e reocupação das antigas instalações fabris, no entender destas trabalhadoras, primeiro passo para a organização de uma cooperativa de produção que consideram ponto fundamental a atingir no caminho da sua luta contra

Esquerda Socialista

Continuação da pág. 1

Como é que o incentivo à «batalha da produção» pode ter significado revolucionário quando se vê nos écrans da TV Magalhães Mota a discorrer sobre um «socialismo» em quea burguesia certamente teria papel de destaque e Mário Soares denotando em cada palavra o seu horror à revolução e o seu amor à legalidade burguesa. **Será em nome do «socialismo» dos doutores Mota e Soares que se apela aos trabalhadores para produzirem?**

Certamente existem no M F A oficiais verdadeiramente revolucionários e sinceramente socialistas Como disse e muito bem Vasco Gonçalves há que destruir o capitalismo e construir o socialismo, sendo a contradição fundamental a que opõe a revolução à reacção

Mas, a reacção é o patronato organizado a todos os níveis, é o anticomunismo de fachada «democrática» ou «socialista», e a revolução terá que assentar nos trabalhadores organizados, dirigidos pela classe operária e aliados aos soldados, marinheiros e oficiais revolucionários.

É dever de todos os revolucionários (civis e militares) contribuir para a organização das massas trabalhadoras em órgãos capazes de virem a assumir todo o poder, órgãos revolucionários, que assegurem o controle dos trabalhadores (fardados e não fardados) sobre o processo de transformação socialista.

O processo revolucionário não se alimenta de ideologias, sobretudo quando não são definidos os objectivos por que se luta e a fase em que se está. **Aos oficiais revolucionários compete contribuir para a clarificação desses objectivos e desta fase; aos trabalhadores e às suas organizações de vanguarda compete desencadear e desenvolver a todos os níveis a ofensiva de controlo de produção pelas massas A** «batalha da produção», **terá de ser enquadrada neste processo mas subalternizada ao objectivo da tomada do poder pela claase operária e seus aliados, e não ao contrário como neste momento apregoam aqueles que fazem depender a revolução da produção**

A necessidade de subalternização dos partidos políticos que se aplicam, não no sentido do avanço do processo revolucionário anti-capitalista, mas no seu emperramento, a necessidade dos oficiais revolucionários do M F A manterem e acentuarem a iniciativa política, a necessicade urgente de organização do povo trabalhador são as grandes lições da «mesa redonda» com os quatro secretários gerais coligados

Professores debatem sindicato

Num anfiteatro do Instituto Superior Técnico realizou-se ontem, terça-feira um encontro promovido pelo grupo de Intervenção Sindical do Núcleo de Professores do M E S de Lisboa, destinado a lançar alargadamente o debate sobre o anteprojecto de Estatuto da Organização Sindical de Professores

Pretende-se com esta iniciativa evitar que tão importante diploma seja elaborado à margem daqueles a quem mais directamente respeita, garantindo-se que venha a permitir a unidade, democraticidade interna e independência sem as quais o aparelho Sindical não poderá contribuir eficazmente para a resolução dos problemas dos trabalhadores do Ensino em ligação e ao serviço da luta mais geral das massas trabalhadoras

REDEFINIÇÕES INDISPENSÁVEIS

O futuro da Revolução portuguesa está no desenvolvimento da iniciativa e na organização autónoma da classe operária e seus aliados: soldados e marinheiros, camponeses pobres, sectores dos assalariados dos serviços, oficiais e intelectuais revolucionários.

Nesta organização o que conta é a perspectiva de classe: para condições diferentes, diferentes formas organizativas e processos de acção, desde que tendentes à destruição da «ordem» capitalista e à construção da sociedade socialista, do poder organizado dos trabalhadores.

Há já algumas semanas inserimos em Esquerda Socialista o comentário que entendemos fazer à sessão de encerramento do Congresso da L.U.A.R.

Fizemo-lo sem intuitos destrutivos nem paternalistas, antes visando abrir um diálogo que se afigura útil entre organizações que, com práticas diferentes, lutam por um objectivo comum — a abolição da exploração do homem pelo homem.

Não o entendeu assim a L.U.A.R. que achou por bem ripostar, no seu jornal Fronteira.

Para o M.E.S., mais importante de que responder a algumas insinuações e a algumas «aspas» é fomentar a cooperação possível e necessária entre todos aqueles que, não se arrogando em vanguardas iluminadas, se batem pela emancipação dos trabalhadores e pela Revolução Socialista.

O estádio organizativo dos trabalhadores portugueses é ainda atrasado, é forçoso reconhecê-lo. As comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, os conselhos de soldados e marinheiros, se já existem em grande número e se expandem rapidamente, estão ainda deficientemente coordenados, isolados e, por vezes, esvaziados de parte das suas potencialidades.

Neste momento a grande tarefa revolucionária de que quase tudo depende, consiste precisamente em desenvolver esta organização autónoma, de base e apartidária dos trabalhadores, único suporte seguro para a construção do socialismo.

Num País pouco habituado à «política», a intoxicante campanha eleitoral, para além do efeito mistificador cuidadosamente previsto (e preparado) por muitos, teve um efeito que não será tão secundário como poderá à primeira vista parecer: fez perder de vista a luta (real) de classes, trazendo para o primeiro plano a luta partidária.

Isto significa apenas introduzir mais uma confusão (e mistificação) em todo o processo de luta (que tem de ser libertador) da classe operária e seus aliados. Disto não há dúvida pois a luta partidária só tem sentido enquanto reflecte a luta de classes que lhe é subjacente.

Mas precisamente ela contribui para tornar confuso o que deveria ser claro, pois se é evidente a contradição entre exploradores e explorados, entre patrões e operários, entre capitalistas e assalariados, já serão menos claros os fundamentos da luta entre, por exemplo, os quatro partidos da coligação cujos secretários gerais, sentados à mesa do teledomingo mais pareceriam **(à primeira vista)** confrades **da mesma** organização apostados na defesa dos interesses dos **mesmos** trabalhadores.

Neste momento tais distorções têm como efeito o transmitir às próprias lutas quotidianas, às próprias iniciativas de base dos trabalhadores um cunho marcadamente partidário.

É assim que neste momento as formas de luta adoptadas por muitos trabalhadores (com vista à satisfação de reivindicações perfeitamente justas, na sua maioria) são «inspiradas» por este ou aquele partido que com elas mais não pretende do que obter **resultados políticos** de conquista de mais um lugar no aparelho de Estado, ou de descrédito de mais uma experiência iniciada por outro.

Esta situação motiva particular preocupação quando vemos que esta divisão partidária penetra os próprios órgãos de base dos trabalhadores, órgãos onde tudo deveria uni-los contra o inimigo comum, o capitalismo explorador.

Deste modo, o que a burguesia não conseguiu com golpes, partidos fantoches pluralismos sindicais, clérigos reaccionários, ou outras manobras, está agora a instalar-se graças a este singular campeonato de partidos — **é a divisão dos trabalhadores.**

Talvez que este efeito «inesperado» da livre guerra partidária, comum às democracias burguesas, justifique uma revisão do modo como o papel e tarefa dos partidos têm sido encarados.

Talvez em nome da **Revolução** que é nossa e do **Socialismo** que havemos de construir se mostrem indispensáveis certas redifinições e algumas medidas enérgicas.

Voltaremos a este assunto.

Esquerda Socialista

jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração
Av. D. Carlos I - 128

Composição e impressão
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano, 44, Lisboa

Sesimbra:

solução intermédia é caminho para a derrota !

No dia 1 de Maio, no decurso das manifestações que tiveram lugar em Sesimbra, um elemento do nosso núcleo local dirigiu a palavra aos operários, camponeses, pescadores, soldados e marinheiros presentes, tendo a certa altura afirmado:

O 1 de Maio é uma festa dos trabalhadores e para os trabalhadores. É, portanto, uma luta de unidade. Mas, perguntamos nós: será uma festa-luta para toda a gente? Será que todas as pessoas cabem nas manifestações que pelo Mundo fora são neste dia organizadas?... E nós respondemos: não, isso não é possível. E não é possível porque o Mundo está dividido em exploradores e explorados; não é possível porque existem duas classes sociais com interesses opostos: o proletariado — que tem o apoio de outras camadas exploradas e revolucionárias; e a burguesia capitalista — nomeadamente a média e a alta burguesia apoiadas no imperialismo; não é possível porque os homens que exploram outros homens, não podem vir agora a uma organização dos explorados.

Por isso nós dizemos: só cabem nas jornadas do 1 de Maio as pessoas verdadeiramente interessadas em acabar com a exploração capitalista. Só quem, decididamente, deseja e luta pelo socialismo, é que tem lugar nesta manifestação de luta.

Mais adiante afirmou:

O povo português tem que criar a sua própria consciência revolucionária. Para que a revolução ande é necessário que o povo a faça andar. E como? Organizando-se nos locais de trabalho, nas adeias, nos campos e nas cidades, em comissões de moradores que sejam verdadeiras representantes das bases, nos quarteis para que se faça a união entre o povo e as armas, participando nos centros de cultura popular, tomando consciência de que, como dizia Marx, «a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores».

E a terminar:

A história mostra-nos que só há duas vias: ou o poder da burguesia capitalista; ou o poder dos trabalhadores (poder popular). Uma via intermediária de transição é meio caminho para a derrota das massas populares, porque a burguesia capitalista nunca aceitou nem aceitará, as regras do jogo democrático.

Nós sabemos que o poder económico comanda o poder político. Sabemos que sem democracia económica não pode haver democracia política. E como é que haverá democracia económica? Quando forem os trabalhadores, através dos seus representantes, a controlarem o poder económico.

O aparelho de estado burguês não serve as classes trabalhadoras. Porque o estado, seja ele qual fôr, está sempre ao serviço de uma classe, e, só quando o estado burguês fôr transformado num Estado Popular é que as instituições estarão ao serviço das classes trabalhadoras.

E num Estado Popular há liberdade para tudo e todos, menos para a exploração, porque o socialismo só o é, se não houver liberdade para a exploração do homem pelo homem.

Que este 1 de Maio seja o ponto de partida para a união de todas as forças que defendem na prática a classe operária e os seus aliados O M E S exorta os trabalhadores a organizarem-se e a definirem os seus objectivos de luta, na certeza de que só eles resolverão os seus problemas

Abaixo a exploração capitalista!

Lutar, criar, poder popular!

Avante pelo Socialismo para construir o Comunismo!

Sintra:

sede do MES assaltada

A sede do M.E.S. em Sintra foi assaltada na noite de 7 para 8 tendo sido arrombadas duas portas e pintados nas paredes slogans do P.P.D.

Esta acção reaccionária insere-se na onda de provocações de que os nossos militantes têm sido alvos na zona de Sintra.

A este respeito, o Comité de Zona da linha de Sintra do M.E.S. distribuiu à população um comunicado onde pergunta?

Será por acaso que militantes do P.P.D. pintaram durante a campanha eleitoral slogans do P.P.D. num carro pertencente a um familiar de um militante do M.E.S. de Sintra?

Será por acaso que as nossas pinturas são sistematicamente inutilizadas e os nossos cartazes arrancados por elementos de partidos que aparecem como os defensores mais acérrimos da «liberdade»?

E será por acaso que a nossa sede de Sintra (vila) é assaltada, arrombadas 2 portas e pintada por dentro de slognas do P.P.D.?

O comunicado analisa seguidamente as razões de tais actos:

O que se assiste é a uma avançada da burguesia no sentido de transformar o actual processo revolucionário numa contra-revolução sangrenta.

Mas os trabalhadores sabem e saberão que por muitos votos que tenham esses partidos o seu contributo para a sua emancipação foi sempre nulo: em que lutas de fábrica, sindicais ou dos campos se encontram eles?

Os trabalhadores sabem e saberão sempre distinguir as organizações revolucionárias dos Partidos dos Patrões Disfarçados que não visam mais do que manter a exploração dos trabalhadores.

Os trabalhadores sabem e saberão distinguir os ataques às organizações fascistas e implicadas nos golpes contra-revolucionários (como aconteceu nos ataques populares às sedes do P.D.C. e do C.D.S. feitos por centenas de pessoas no dia 11 de Março) dos assaltos terroristas às sedes das organizações revolucionárias, realizados às escondidas por organizações fascistas como o E.L.P. e outras do género.

O Comité da Zona da Linha de Sintra do M.E.S. exige às autoridades o apuramento dos implicados no assalto à sede de Sintra do M.E.S.!

Responderemos firmemente a todas as provocações fascistas de que formos alvo!

Contra a reacção, vigilância popular!

Desmascaremos os falsos defensores da liberdade e dos trabalhadores!

Avante pelo socialismo, para construir o comunismo!

Comité da Zona da linha de Sintra do M.E.S.

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Almada, Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro) anexo 6.
Alverca, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, lote 7, 1.° E.
Amadora, R. António Correia, 3
Angra do Heroísmo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7
Aveiro, Av. Araújo e Silva, 22
Barcelos, Av. da Liberdade, 60-1.°.
Beja, R. dos Infantes, 14, T. 22789.
Bombarral
Braga, Av. da Liberdade, 362-2.°, T. 27043
Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22.
Cascais, R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco, R. João de Deus, 54/58 T. 833.
Castro Verde, R. Nascimento Costa.
Chaves, R. das Longras, 20-2.°
Coimbra, R. Ferreira Borges, 125-3.°, Tel. 27718.
Covilhã, Praça do Município, 84-2.°, Tel. 24485.
Cuba, R. Serpa Pinto, 15.
Espinho, R. 19, n.° 57 r/c
Estarreja
Estremoz, Largo da República, 42
Évora, R. Cândido dos Reis 70 (antiga R. da Lagoa).
Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100
Figueira da Foz, Rua da República, 102, 1.°.
Fundão, R. do Registo, 11-2.°
Gueifães, (Maia) R. da Monta, 9.
Guarda, R. Agusto Gil, 1-1.°.
Guimarães, Rua da Rainha 138-2.° e 3.°.
Lamego, Praça do Comércio, 93-3.°.
Lavradio, R. António Chartillon, 23 r/c.
Leiria, Rua Tenente Valadim, 66 r/c D.°.
Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 600054.
Av. D. Carlos I, 146-1.° D.° Tel. 607127/28
Av. D. Carlos I, 128 (**Jornal**)
Arroios, Rua de Arroios, 88-1.°.
Campo de Ourique, R. Silva Carvalho, 255-1.°.
Moscavide, R. dos Combatentes da Grande Guerra, 51-B Tel. 2514600
Oliveira de Azeméis, R. Luís de Camões, 21.
Ovar, R. Alexandre Sá Pinto, 64.
Peniche, R. Alexandre Herculano, 16/18.
Ponta Delgada, R. Tavares Resende, 100.
Ponte de Lima, Av. António Feijó.
Portalegre, R. 5 d'Outubro 79.
Porto, R. Gonçalo Cristóvão e R. 31 de Janeiro, 150-1.°. Tel. 319569.
Bonfim, R. do Bonfim, 10.
Matosinhos, R. Conde S. Salvador, 374.
S. João da Madeira, R. Vasco da Gama, 262.
Vilar de Andorinho
S. Pedro do Sul, L. de S. Sebastião.
Santarém, R. Pedro de Santarém, 36, Tel. 23199.
Seia, R. Capitão António Dias.
Sesimbra, R. Ramada Curto, 6.
Serpa, R. do Calvário, 29.
Setúbal, R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova. Tel. 28595
Sintra, Vila Velha, R. Consiglieri Pedroso.
Tomar, R. Pedro Dias, 44
Viana do Castelo, R. de Altamira, 65/67.
Praça da República, 52. Tel. 22224.
Vila de Punhe (Neves)
Vila Nova de Gaia, R. Teixeira Lopes, 123.
Vila Real, R. Teixeira de Sousa, 34
Viseu, Trav. Cândido dos Reis, 37.

Redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa (T. 535438)

A GUERRA PELAS AUTARQUIAS

As Juntas de Freguesia assumem hoje em dia um papel importante no processo de controlo, por parte das forças reformistas, das lutas dos trabalhadores nos seus locais de habitação

Tem-se assistido desde o 25 de Abril a uma tentativa de centralizar nas Juntas de Freguesia e nas Câmaras Municipais todos os poderes para a resolução de problemas locais.

A principal e mais evidente consequência foi a frequente desmobilização das massas trabalhadoras em relação ao que deveria ser a sua auto-organização e participação nas decisões para a resolução dos seus problemas

Para além disso faz-se notar a necessidade de alargar os quadros técnicos para satisfação das exigências burocráticas e, por outro lado, uma lentidão total na resposta às exigências populares.

Apoiada na pouca consistência deste processo e nos resultados das eleições para a constituinte era de esperar que a burguesia tentasse recuperar, através dos seus partidos sociais democratas, as posições que perdeu com o 25 de Abril de 1974.

De facto o P. S., o P. P. D. e o C. D. S. têm, ultimamente, deixado antever o que vai ser a grande batalha pelo poder nas autarquias, para a qual eles partem com a grande vantagem de se encontrarem perante opositores (M. D. P./C. D. E. e P. C.) geralmente mergulhados em processos cupulistas totalmente desligados das populações, o que lhes permite dar grande peso aos resultados das eleições para a constituinte.

O assalto às autarquias já se iniciou em duas frentes: **ao nível governamental** reclamando eleições municipais, e ao **nível concelhio** criando problemas cuja resolução passe, na impossibilidade de eleições, pela substituição das actuais comissões por outras constituídas por coligação partidária dos partidos mais representados na constituinte.

(Nesta perspectiva se compreende a posição dos partidos sociais-democratas em relação à greve dos funcionários camarários do Norte. Isto liga-se à forma pela qual, de reivindicações económicas — aliás justas — se passa ao ataque às comissões administrativas — que não são responsáveis por essa situação económica — dando-se o caso curioso de a onda de solidariedade desencadeada passar precisamente pelas freguesias mais reaccionárias do País.

Contra a luta partidária...

É evidente que toda esta luta partidária tem muito pouco a ver com os interesses dos trabalhadores ou com o socialismo, em nome do qual todos afirmam actuar A via eleitoral consistirá muito naturalmente em fazer eleger os caciques regionais à custa de promessas enganadoras, impossibilitando qualquer forma de intervenção futura por parte das populações.

A formação de coligações partidárias anula igualmente qualquer hipótese de intervenção popular futura **adulterando todo o significado dos órgãos de base dos trabalhadores, pela divisão que neles provoca o facto de serem organizados na lógica da luta partidária pelo poder.**

Tem de se ver claramente que este tipo de manobras não são apenas processos políticos criados, mas sim uma parte de um conjunto de actuações com o objectivo de contrapor ao avanço revolucionário da classe trabalhadora na sua luta pelo poder, uma legalidade com todas as consequências de desmobilização popular que ela acarreta.

A todo este avanço das forças do capital tem a classe trabalhadora de dar uma resposta firme e decidida no sentido de lhes mostrar que não é impunemente que se atenta contra os interesses dos trabalhadores.

Assembleias de Moradores !

Para isso é necessário avançar decisivamente na luta pela institucionalização quer das assembleias de moradores como órgãos do poder, quer das comissões de moradores mandatárias dessas mesmas assembleias, de forma que estas estruturas tenham a força necessária para combater, através da mobilização popular, tanto as opções reformistas como as opções demarcadamente burguesas.

Os trabalhadores nada têm a ver com cedências de cupula nem com estratégias conciliadoras pelo que têm de definir claramente a natureza de classe das suas comissões onde não há lugar para burgueses.

Temos portanto de combater em duas frentes, não aceitando as manipulações cupulistas da maioria das actuais comissões administrativas das autarquias, nem deixando que por formas pseudo democráticas se lhes substituam outras, igualmente controladas partidariamente e que defendem os interesses das camadas burguesas aterradas com o avanço da organização popular e que nada têm a ver com os interesses dos trabalhadores.

ANGOLA

Continuação da pag. 1

dir o avanço das forças do imperialismo. Por seu lado, **as autoridades portuguesas, a coberto de uma pretendida neutralidade, têm afinal contribuido para o agravamento da situação, concedendo sempre mais trunfos às forças imperialistas**

Verifica-se assim que, após o 28 de Setembro e o 11 de Março, as forças golpistas que no nosso país foram derrotadas, permitindo o avanço do processo revolucionário, se concentram e reforçam em Angola, em plena liberdade e nas próprias estruturas do Poder.

É neste contexto que se assiste à criminosa escalada de terror desencadeada pela F N L A, que assassina impunemente milhares de angolanos, visando destruir a crescente organização das massas populares e o M P L A, com o objectivo final de criar um ambiente propicio á instauração de um regime fascista e neo-colonial Fazendo tábua-raza dos acordos da Penina, as forças mercenárias ao serviço do imperialismo invadem o território de Angola, mostrando claramente o seu carácter de agressores.

Perante esta escalada imperialista e a passividade das autoridades portuguesas, a **F S P**, a **L C I**, a **L U A R** e o **M E S**:

1. **Denunciam o silêncio que tem sido feito à volta desta situação,** tanto da parte da maioria dos partidos da coligação, como dos órgãos do Poder

2. **Alertam as classes trabalhadoras e o povo português no sentido de que o processo revolucionário em curso no nosso país não se pode dissociar da luta do povo angolano até à independência total**

3 **Condenam a atitude de pretensa neutralidade das autoridades portuguesas,** que tem deixado as mãos livres às forças imperialistas para reforçarem as suas posições e cometerem os piores crimes contra o povo angolano.

4. Verificam que **os acordos da Penina,** sistematicamente violados pela F. N. L. A. **estão** por isso mesmo **completamente ultrapassados**

5. **Exprimem a sua solidariedade ao M P L A,** a organização política que melhor defende os interesses do povo angolano face à ofensiva do imperialismo e da reacção.

6. Consideram que devem ser tomadas imediatamente as medidas seguintes:

a) **Saneamento das autoridades civis e das Forças Armadas em Angola,** por forma a afastar de posições de comando elementos cuja actuação tem favorecido o imperialismo, nomeadamente o alto-comissário, e alguns oficiais declaradamente spinolistas.

b) **Afastamento do ministro da Coordenação Inter-Territorial** e daqueles que em Portugal favorecem abertamente as manobras neo-coloniais

c) **Prisão e envio para Portugal de todos os elementos da P I D E/D G S,** muitos dos quais continuam as suas atitudes criminosas, agora a soldo da F. N. L. A. e da U. N. I. T. A.

d) **Expulsão imediata de Angola de todos os elementos reaccionários** anteriormente expulsos e que têm regressado, ocupando alguns deles postos importantes.

e) **Controlo efectivo pelas Forças Armadas portuguesas dos transportes e comunicações** (estradas portos, aeroportos, etc.) impedindo assim a sua utilização por parte da F. N. L. A.

f) **Desarmamento e prisão de todos os elementos da F N L A que participem em ataques armados** e consequente apreensão de todo o material de guerra e logístico utilizado nesses ataques

g) **Não-reconhecimento da U N I T A e da F N L A como movimentos, de libertação,** e consequente publicação integral da correspondência trocada entre Savimbi e as autoridades colonialistas.

A solariedade das lutas que se travam em Portugal e em Angola contra a exploração e a opressão, e a própria defesa das conquistas das classes trabalhadoras após o 25 de Abril exigem da parte do povo português uma firme tomada de posição que contrarie frontalmente as manobras criminosas do imperialismo e dos seus aliados, cuja ofensiva ameaça pôr em risco o próprio processo revolucionário em Portugal.

— Viva a luta do povo angolano pela independência completa:

— Viva a solidariedade internacionalista contra o imperialismo e o neo-colonialismo!

— Reforcemos a unidade revolucionária face à ofensiva imperalista!

— A VITÓRIA É CERTA!

Lisboa, 13 de Maio de 1975

F S P — Frente Socialista Popular
L C I — Liga Comunista Internacionalista
L U A R — Liga de União e Acção Revolucionária
M E S — Movimento de Esqúerda Socialista

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS:

"...uma dependência económica e ideológica em relação à burguesia..."

À medida que se verifica o incremento da concentração capitalista o enorme desenvolvimento das forças produtivas permite um aumento de produção que é necessário escoar; para isso, multiplicam-se as operações ligadas à circulação e venda dos produtos, e os estudos de mercados que condicionam a própria produção dos bens. Por outro lado, a transferência da concorrência do domínio do preço de produtos idênticos para o de produtos que se procuram diferenciarporcaracterísticasque os tornem mais consumíveis, com todas as inovações tecnológicas que tal comportamento pressupõe, não só leva ao aumento do número de trabalhadores ligados à concepção destes bens, como ao apuramento de técnicas de controlo contabilístico de gestão. Do mesmo modo, a tendência para absorção do domínio das relações capitalistas de todas as actividades humanas — cultura, desporto, tempos livres — conduz a um incremento dos sectores de serviços e à multiplicação do número de trabalhadores nele empregues.

análise da sua posição de classe

Esta aproximação da situação do empregado e do operário verifica-se também com o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente e na medida em que ele for posto ao serviço da melhoria das condições de trabalho da classe operária.

Com efeito, à medida que o desenvolvimento técnico permite a automatização da produção e a substituição do trabalhador qualificado no processo produtivo, tende a esbater-se a meterialização do trabalho no produto e o contacto directo do trabalhador com o objecto do trabalho. Assim se caminha tendencialmente para uma impossibilidade de determinar, a nível do operário individual, a fixação de uma taxa de exploração (mais-valia), pela indeterminação do valor por ele produzido — como já acontece nos empregados — e, numa fase final do desenvolvimento técnico, à realização da previsão de Marx da transformação de todos os trabalhadores em «improdutivos», o que só pode ter lugar com a prévia destruição do modo de produção capitalista como modo de produção dominante.

6. Hoje em dia, porém, tal aproximação está, em muitos casos, longe de ser uma realidade. **Assim, se, por um lado, existem camadas proletarizadas dos sectores de serviços** — por exemplo, os ferroviários ou os trabalhadores da manutenção das oficinas de material automóvel ou aéreo —, **onde a natureza do trabalho desenvolvido, a grande concentração de trabalhadores nos locais de trabalho, o local de vida e os estratos sociais de que provêm os identificam com a classe operária, o mesmo não sucede na maioria dos casos,** nomeadamente no caso dos trabalhadores ligados à distribuição de mercadorias, ao aprelho do Estado, à banca e seguros, turismo e operações sobre imóveis, e, de um modo geral, a todos aqueles que estão ligados a funções de ordem administrativa e normalmente englobados sob a denominação geral de **empregados de escritório**.

funcionários publicos

Por exemplo, os **funcionários públicos**, tendo beneficiado, até à década de 30, de uma situação de privilégio material e social, vieram a ver-se sucessivamente degradados, ao ponto de os níveis de remuneração serem hoje extremamente baixos.

Integrados numa máquina dominada por uma férrea burocracia, dela se serviam para esconder a incompetência e corrupção. Especialmente sujeitos à propaganda e ideologia fascistas, tendendo a, por um processo de compensação, arrogar-se como detentores de uma parcela de autoridade, o funcionalismo público constitui um corpo desmobilizado onde a consciência de classe é inexistente. O respeito pelas hierarquias, a ausência de experiências de luta, a busca de promoção a todo o custo, tornam o funcionalismo público um sector onde se impõe grande esforço de consciencialização e onde meramente reivindicações meramente economicistas podem funcionar como elemento aglutinador dos trabalhadores.

Um profundo trabalho de esclarecimento, em que se parta da reflexão crítica dos problemas de trabalho, da situação profissional e existência social, deve ser a base para qualquer trabalho de mobilização dos funcionários, o qual terá de se apoiar nas camadas mais jovens, nomeadamente dos elementos provindos das lutas estudantis e dos provenientes dos estratos sociais ligados à classe operária e sectores proletarizados dos serviços.

trabalhadores da banca e seguros

Exemplificando, agora, como o caso dos trabalhadores ligados à banca e seguros, e mesmo do pessoal administrativo da grande empresa, a situação é diferente, mesmo nas categorias inferiores.

Desde logo, uma grande expansão do sector levou à admissão de grande número de trabalhadores jovens, experimentados nas lutas estudantis, com razoável consciência política, que, por sua vez, levou o sector a lutas reivindicativas e a experiências no domínio sindical que deram uma relativa coesão aos trabalhadores e uma relativa consciência da opressão de que são objecto por parte do capital financeiro. O mesmo desenvolvimento do sector possibilitou ainda a concentração de trabalhadores na mesma empresa, favorecendo, consequentemente, a sua possibilidade de movimentação.

Em contradição, porém, com estes factores positivos e que poderiam basear uma articulação com as lutas operárias, existem outros elementos que acabam por amarrar este sector profissional aos interesses e à ideologia burgueses. Esses factores são, em resumo, os seguintes:

a) **origem de classe dos trabalhadores**, maioritariamente pequeno-burguesa — marcados, portanto, pela respectiva ideologia, veiculada pela educação;

b) **obtenção de níveis salariais superiores à média**, o que os torna facilmente presa da alienação ligada à posse de certos bens, produtos da «ideologia do consumo»;

c) **ambição de subida**, na pirâmide hierárquica, da empresa e da sociedade;

d) **contactos permanentes com estratos burgueses** e influência respectiva, nomeadamente ao nível do local de habitação; inversamente, afastamento dos contactos com operários.

No campo da distribuição, e salvo uma recente intromissão do capital financeiro no sector dos produtos alimentares, o panorama geral é o da fraca concentração de trabalhadores com más condições de remuneração que, em regra, não se afasta da auferida pelo operário da grande indústria. No entanto, **o seu reduzido número em cada unidade, a «permeabilidade» ideológica em relação à ideologia burguesa, a falta de consciência política e de classe, não permitem esperar a possibilidade de grande intervenção na luta de classes, ao lado da classe operária.**

Deixou-se para o fim a referência detalhada dos factores que, abstraindo das camadas proletarizadas do sector, mais determinam a dependência ideológica de todos os trabalhadores dos serviços em relação à classe burguesa e, consequentemente, dificultam a articulação da sua luta com a da classe operária. Esses factores, se por um lado derivam da natureza dos próprios estratos sociais de que provêm os trabalhadores dos serviços — estratos pequeno-burugeses —, resultam fundamentalmente do facto de os trabalhadores de serviços viverem, na sua grande maioria, em locais organizados de acordo com a necessidade da satisfação dos interesses das classes dominantes, ou seja, de os trabalhadores dos serviços compartilharem, também aqui, dos privilégios das classes dominantes. A cidade, local por excelência da habitação destes trabalhadores, traduz todo o contraste em relação ao local de vida operária que se pode referir nas seguintes oposições:

ruas enlameadas — avenidas asfaltadas;

maus transportes colectivos — táxi ou carro particular;

cabina pública — telefone individual;

bairro-de-lata — casa própria ou arrendada (barraca);

hospital distante — médico particular ou Caixa de Previdência clínica;

escola pública — colégio particular;

crianças abandonadas — infantário ou creche em idade pré-escolar;

taberna — cafés, cinemas e teatros.

Existe, assim, toda uma dependência económica e ideológica por parte de grandes sectores dos trabalhadores de serviços, em relação à burguesia, que os torna irrecuperáveis, enquanto tais, a nível de formação do bloco histórico. Só através de uma tarefa de consciencialização profunda se poderá conseguir que estes trabalhadores coloquem resolutamente a sua luta ao lado da luta da classe operária, e sob a direcção desta

comissões de trabalhadores

orgãos de controlo operário, gestão socialista transformação económica

As nacionalizações decididas pelo Conselho da Revolução, a nacionalização da banca e dos seguros, dos transportes marítimos de longo curso, dos transportes aéreos, dos caminhos-de-ferro, da produção e distribuição de energia eléctrica, da refinação de petróleo, da siderurgia e expropriação parcial de latifúndios, colocaram a questão do controlo operário, a questão do controlo dos trabalhadores sobre as nacionalizações, como uma questão decisiva para o avanço do processo revolucionário.

Tal como o 25 de Abril no campo político, estas medidas abrem, no campo económico, um processo de transformação que só se for controlado e dirigido pela classe operária e seus aliados, pelos explorados e oprimidos, contribuirá para que se avance decisivamente para o socialismo.

A grande tarefa dos trabalhadores, na situação actual, é fazerem destas medidas um poderoso meio de ataque ao poder do capital.

O controlo operário encontra-se hoje na ordem do dia. Só a afirmação de poder operário em todos os locais de trabalho numa perspectiva global pode fazer das nacionalizações um processo de ataque ao lucro, às relações capitalistas de produção, à hierarquia e divisão capitalistas do trabalho e à disciplina patronal reaccionária, por um lado, e um processo de transformação da economia portuguesa voltado para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores, por outro lado.

Os órgãos de afirmação do controlo operário têm de ser órgãos voltados para a fiscalização e contestação da gestão capitalista e do poder patronal e não órgãos meramente reivindicativos.

Assim como órgãos que devem estar voltados para a questão do poder, para o combate à lógica capitalista de funcionamento das empresas, os órgãos de controlo operário devem também assegurar a hegemonia da classe operária sobre as restantes camadas trabalhadoras.

O controlo dos trabalhadores sobre a produção e, particularmente nas empresas nacionalizadas, tem de se fazer na defesa intransigente dos interesses de classe do proletariado. Neste sentido as Comissões de Trabalhadores voltadas para o controlo da produção devem ter uma preponderancia de elementos claramente conscientes dos seus interesses de classe.

Não basta assegurar a hegemonia operária no seio dos órgãos de poder dos trabalhadores em cada local de trabalho, para assegurar aos trabalhadores o controlo sobre a produção, sobre as nacionalizações, sobre o reorientação da economia nacional.

Neste sentido há que avançar para a actuação coordenada de todos estes órgãos a nível regional, sectorial e nacional. Há que caminhar também para a actuação coordenada, com todos os órgãos do movimento sindical e com todos os outros órgãos de poder popular.

O que está em causa não são apenas os efeitos da desorganização capitalista, deste sistema de exploração e opressão, em cada local de trabalho. O que está em causa é conquistar para o lado da classe operária e dos seus aliados o processo de transformação económica em curso, obrigando o capital a pagar a sua própria crise e criando condições que impulsionem a tomada do poder pelos trabalhadores.

Neste sentido os trabalhadores tem de fiscalizar e controlar não apenas a gestão das empresas nacionalizadas, lançando as bases de novas relações de trabalho, como também a política económica do Governo Provisório, forçando uma transformação global da economia portuguesa.

O principal limite consiste no facto de, nas empresas até agora nacionalizadas o operariado ou não existir, ou ser minoritário (salvo duas excepções) o que leva a que as Comissões de Trabalhadores existentes estejam longe de funcionar em bases correctas.

O principal obstáculo ao avanço do controlo operário é constituído pelos projectos políticos que defendem a exclusividade do movimento sindical e a dependencia dos órgãos de controlo operário face ao Estado.

Estes limites e obstáculos só podem ser combatidos com:

a) **O reconhecimento estatal de todas as comissões de trabalhadores** — democraticamente eleitas e conjugando o seu funcionamento com as comissões sindicais — como os órgãos que executarão o controlo a nível do local de trabalho, **sendo dependentes não do Estado mas da Assembleia de Trabalhadores.**

b) **O avanço de todos os processos de saneamento.**

c) **A criação de estruturas de controlo a nível de cada região, sector de actividade e a nível nacional**, compostas por elementos eleitos representando comissões de trabalhadores e sindicatos (federações, uniões e Intersindical).

Só assim os trabalhadores poderão controlar política e globalmente as nacionalizações e derrotar as tentativas burguesas de defesa da lógica capitalista e as tentativas reformistas de tudo enquadrar no movimento sindical.

1. Os órgãos de base do controlo operário **não podem ser órgãos apenas ligados à luta reivindicativa** (submetida não só a limites legais como ao limite de apenas por em causa o grau de exploração e não o poder capitalista). **O controlo operário sobre a produção é uma arma de combate ao poder capitalista nas empresas e na sociedade e,** portanto, tem de estar assente em órgãos que possam desempenhar tal função. É por isto que é correcto recusar o controlo da produção por via sindical e baseá-lo em Comissões de Trabalhadores.

2. Se as lutas parcelares dos trabalhadores se devem sempre nortear pelos objectivos finais da luta dos explorados e oprimidos, da luta pelo socialismo e pelo comunismo, na fase em que vivemos no nosso país isto é ainda mais decisivo. É por isto que **a luta económica tem de ser articulada com a luta política,** a luta reivindicativa tem de ser articulada com o controlo operário sobre a produção. Assim é incorrecto recusar a todos os níveis a participação sindical no controlo operário. Os sindicatos e o movimento sindical devem estar representados nos órgãos sectoriais regionais e nacional do controlo operário e os delegados sindicais devem fazer parte das Comissões de Trabalhadores, **mas nunca constituindo a sua base.**

3. Sendo o controlo operário sobre a produção um passo na afirmação do poder popular, ele tará necessariamente que assentar na **democracia operária**, isto é na base da eleição de todos os representantes, da democracia directa e do poder das assembleias de Trabalhadores. Deverá ainda o controlo operário sobre a produção (sob pena de não o ser) ultrapassar claramente os limites da empresa.

4. O controlo operário sobre a produção é apenas uma tarefa, entre outras, que competem às Comissões de Trabalhadores. **A sua grande importancia é que ele representa a base para a coordenação das Comissões de Trabalhadores, para o combate às perspectivas «autogestionárias»** (que tendem a propagandear a substituição do patrão pelos trabalhadores, fazendo de patrões da sua própria empresa em acções claramente desligadas da luta política global dos trabalhadores).

5. O controlo operário sobre a produção tem de ser encarado como a base para ultrapassar as características actuais da organização dos trabalhadores, apontando o caminho dos **conselhos de trabalhadores**, órgãos de poder popular que unificam dentro de uma região a luta da classe operária e dos seus aliados, nomeadamente dos restantes trabalhadores e dos soldados e marinheiros.

6. O controlo operário sobre a produção tem de ser orientado para os seguintes grandes objectivos:

a) Afirmar o poder dos trabalhadores, sob a hegemonia operária, em todos os locais de trabalho.
b) Ultrapassar os limites da empresa, do sector e da região para que os trabalhadores possam ganhar para os seus interesses e objectivos um processo que é global: a reorientação da economia portuguesa.
c) Cercar a burguesia:
   1.º Pelo correcto funcionamento do controlo nos sectores nacionalizados nomeadamente na banca e nas indústrias nacionalizadas.
   2.º Pela fiscalização apertada da gestão capitalista nas empresas privadas.
   3.º Pela articulação da luta económica com a luta política, das reivindicações com o controlo operário e com o desenvolvimento da luta geral pelo socialismo.
d) **Combater a sabotagem económica**
e) **Combater a desorganização capitalista da economia**
f) combater a dependência face ao imperialismo.
g) combater os critérios capitalistas da gestão nos sectores nacionalizados
h) controlar a aplicação dos recursos da empresa e nacionais
i) por em causa a exploração capitalista no sector privado

7. O controlo operário sobre a produção tem de ser construído numa tripla perspectiva.

a) a luta atravar é **ofensiva**
b) a luta a travar é **anti-capitalista** e não meramente antimonopolista.
c) a batalha da produção é uma batalha iminentemente **política**

8. Os aspectos essenciais do controlo operário no combate à sabotagem económica e à desorganização capitalistas da produção são os que dizem respeito ao abastecimento de matérias-primas, às compras e vendas e, aos respectivos preços, à aplicação dos cutos da empresa, à fiscalização da contabilidade, de tesouraria, das fraudes financeiras e das relações da empresa com outras (nomeadamente no que diz respeito à facturação abaixo ou acima do valor).

9. No combate aos critérios de gestão capitalista dos sectores nacionalizados dois planos tem de ser distringuidos com importancia decisiva: por um lado, **a luta pela implantação de um estilo de trabalho baseado na responsabilidade e decisão colectivas,** no poder da assembleia de trabalhadores; por outro lado, **a ligação às comissões de trabalhadores de outros sectores e a outros órgãos de poder popular,** como forma de contrapor ao critério do lucro o critério da satisfação das necessidades colectivas prioritárias.

10. No cerco à burguesia há que fazer do controlo operário uma arma de **limitação dos seus lucros e da sua acção.**

Dos seus lucros, pela imposição do controlo dos preços à entrada e à saída da empresa pela articulação do controlo operário com a luta contra a exploração (salário mínimo, salários à frente dos preços, redução do horário de trabalho, sobretudo pela recusa de recurso sistemático às horas extraordinárias).

Da sua acção pela conquista para a assembleia de trabalhadores do poder de veto e de decisão sobre os problemas fundamentais que afectem os próprios trabalhadores.

Assim, neste campo, o controlo operário tem de ser articulado com a **exigencia da nacionalização do comércio externo e interno dos produtos essenciais e da revogação de toda a legislação do trabalho que remonta ao tempo do regime fascista e da que vai contra os interesses dos trabalhadores** (lei da greve, por exemplo), e sua substituição por legislação baseada nas experiencias de luta tidas pelos trabalhadores desde o 25 de Abril.

11. O controlo operário sobre a aplicação dos recursos nacionais deverá orientar-se para a **necessidade prioritária das necessidades fundamentais das massas populares.** Isto implica uma reconversão da economia dirigida pelos próprios trabalhadores, baseada no poder popular, na ultrapassagem do aparelho de Estado e no combate à exploração imperialista e à dependencia externa (é aqui que faz sentido a batalha da produção).

12. Para estas tarefas deverão ser criados órgãos constituídos por representantes dos trabalhadores e dos sindicatos por sectores de actividade, por regiões e a nível nacional. A criação destes órgãos deverá basear-se na análise da situação das várias empresas tendo em conta as seguintes situações fundamentais:

1) Nacionalizada/privada
2) Circulação/produção
3) Mercado interno/mercado externo
4) Sector em crise/sector normal

Quanto às empresas privadas há que distinguir:

a) Capital nacional/capital estrangeiro
b) Participação estatal/não
c) Ligação anterior aos grupos financeiros/não
d) Dependência em relação a outras empresas/não

Quanto às empresas ligadas à produção há que distinguir:
Produção para outras empresas/produção directamente para o consumo

Quanto às empresas ligadas à circulação há que distinguir:
Serviços colectivos e comércio de produtos essenciais/outras

controlo operário:

base da coordenação das Comissões de Trabalhadores, unificando a luta da classe operária, globalizando o poder popular !

DESPORTO: competição — rendimento — record

(*modo de produção capitalista*)

O desporto só pode ser correctamente analisado considerando-o mergulhado no fenómeno social. Para se compreender o fenómeno social temos de o considerar como um todo.

Para estudar o fenómeno social temos de analisar primeiro o modo de produção da nossa sociedade capitalista e as classes sociais engendradas por tal sistema.

Temos assim que a sociedade capitalista baseada na exploração do homem pelo homem transmitiu ao desporto esta sua característica. **O record é para o desporto o que o dinheiro é para a economia política, o meio abstracto de comparação e troca** O desportista mesmo que não participe directamente numa competição organizada, está necessariamente condicionado pelo campeão, a sua técnica, os seus recordes e a sua ideologia. **O esquema competição-rendimento-medida record é perfeitamente o reflexo do modo de produção capitalista.**

A mobilização ideológica e física da população pelo desporto arrasta uma despolitização maciça da atmosfera pública. Toda a Imprensa e meios de informação aumentam os mínimos gestos dos campeões, os mínimos incidentes e resultados das competições e deixam na sombra a actividade política fundamental.

A aglomeração apaixonada das massas em torno de uma luta para a qual as entradas são caríssimas, conduz a explosões efectivas cuja energia é canalizada por aquele que a pôs em jogo: o Estado. As descargas agressivas, as reacções sado-masoquistas a explosão da estrutura do carácter das massas, longe de conduzir à agressão contra o sistema capitalista, contribuem para o conslidar. **O processo consiste em transformar a energia agressiva numa identificação colectiva com ideais sociais dos opressores** O indivíduo da massa interioriza o espectáculo e identifica-se com os actores-encenadores. Se o desporto constitui uma canalização das energias da multidão, ele **oferece igualmente um suporte à investida do gosto do sangue e do culto da agressão** Esse suporte de massa é sem dúvida a repressão mais repressiva, a mais totalitária e terrorista.

PARA UM DESPORTO NOVO

Na nossa sociedade estratificada quem pode praticar desporto? São as classes economicamente favorecidas, porque são as que têm tempo e dinheiro para ocuparem os seus tempos livres no desporto. **Quais os objectivos desse desporto?** São o record, o mito do campeão paralelo evidente com o lucro e o mito da ascensão às classes mais favorecidas como «um vencer na vida».

Esta concepção de desporto está perfeitamente ajustada ao que acontece no dia-a-dia: as pessoas com mais de 30 anos estão acabadas para o desporto, porque os records já lhes não são tão acessíveis; os jovens não praticam desporto porque pretendem atingir um certo nível que lhes garanta um certo prestígio desportista o que é difícil e só com muito trabalho se consegue atingir; os clubes aumentam o número de sócios e as bancadas dos estádios; o civismo é sacrificado a favor da vitória; a vitória é algo que se ganha ao vencido, etc.

Mas dirão alguns que uma coisa é desporto outra é política. **Já acima tentámos mostrar que o desporto está ao serviço do modo de produção** É devido a esta concepção abstracta do desporto que no nosso país as massas trabalhadoras foram arredadas e alienadas do desporto.

Este implica assim uma educação cívica que pressupõe a transposição do aceitar uma decisão justa do árbitro sem pestanejar, o sorriso sem amargura diante da derrota e a alegria sem arrogância quando da vitória, para todos os aspectos da vida do praticante, contribuindo para o aumento da solidariedade entre eles.

Com isto não se quer dizer que o desenvolvimento da grande competição não seja muito importante, porque condiciona a adesão das massas, visto que é o motor do progresso do desporto e consequentemente da sociedade.

Mas isto quer dizer que **temos de combater energicamente a clubite**, fruto do sistema capitalista porque inserida na realidade social criada por este, em que acima de tudo está a vitória, por quaisquer meios, do seu «querido» clube. **Temos de acabar duma vez para sempre com a ideia abstracta do clube** Fala-se em nome do clube, das tradições do clube, das necessidades do clube, da grandeza do clube. Esquece-se é que o clube são os seus sócios e valerá o que valerem os seus sócios. E é para esses que se tem de olhar, são esses que se tem de levar a praticar desporto e não somente a pagar a sua cota mensal. E que o clube são os seus sócios. No dia em que não houver sócios, acaba-se o clube. E então adeus clubite.

Mas será que se pretende acabar com os clubes? Claro que não. Unicamente é preciso que encarem o desporto por uma óptica diferente da que até agora têm tido. Ou será que não é verdade que os clubes abrem secções desportivas para entrarem em campeonatos e vencê-los? Será que no dia em que não houvesse uma Associação ou Federação os clubes não tendo competições oficiais manteriam as suas secções em funcionamento? Porque não há equipas de veteranos?

O desporto terá de ser descentralizado Terá de ser levado para o interior, para o meio rural, para as fábricas e empresas, para as escolas.

A democratização do desporto não poderá ser confundida com aumento do número de praticantes, pois **não basta pô-los a tocar a bola nuns certos dias para mostrar trabalho**, mas sim criar condições para que se reponha o hábito e o gosto por praticar desporto. Por outro lado há que se evitar a sobreposição paternalista ao nascimento do desporto popular (fora do circuito federado e ter sempre presente que para que o homem pratique desporto deve adquirir este hábito desde a infância. **De imediato, nos clubes as secções desportivas devem ser geridas por comissões de jogadores**

O desporto como forma de dominação de repressão (competição-rendimento) só desaparecerá numa sociedade comunista.

O JUVENDO E A ORGANIZAÇÃO POPULAR

O Juvendo é a concretização das conclusões do ENDO (Encontro Nacional do Desporto). **Trata-se da primeira tentativa ensaiada em Portugal de desenvolvimento do desporto popular**

Aponta para uma campanha de construções rudimentares e para formação de animadores desportivos voluntários

A unidade base é o núcleo inserido na comunidade. Os jogos visam principalmente os escalões etários entre os 9 e os 20 anos e implicam a participação das populações nas seguintes actividades: **animação do núcleo local, convívio entre núcleos e quadro competitivo** O quadro competitivo tem várias fases em que a passagem duma fase para outra é sempre feita por duas equipas, a vencedora e uma selecção de elementos das equipas vencidas.

O plano da Direcção Geral dos Desportos prevê subsídios no montante de 38 mil contos para 13 modalidades desportivas.

Como participar como animador no Juvendo? Pois não é necessário ter quaisquer conhecimentos desportivos. Qualquer camarada interessado em trabalhar com jovens, pode colaborar e participar. A frequência do curso de animador e a cedência do material necessário pela D.G.D. está dependente da garantia de trabalho efectivo no terreno ou seja que o animador se comprometa a movimentar os jovens. O núcleo formar-se-á na zona de residência dos jovens animadores. Contacta-se a Delegação da D.G.D. mais próxima à qual se entrega uma reposição do trabalho que se pretende realizar.

Como a organização popular pode beneficiar com o Juvendo? À partida o Juvendo prevê precisamente isto.

Neste momento as comissões de moradores a par das comissões de trabalhadores e dos concelhos de aldeia são a expressão mais importante de organização popular.

A ligação do núcleo do Juvendo à comissão de moradores ou conselho de aldeia, a formação desta estrutura quando inexistente e a formação de Centros de Cultura Popular é algo de cuja importância os revolucionários se devem aperceber As massas não são mobilizadas com palavras mas com actos.

Trata-se também duma iniciativa que irá possibilitar uma estreita ligação entre comissões de moradores e conselhos de aldeia e talvez o nascimento de intercomissões.

De qualquer forma a **ligação comissão de moradores-população sairá fortalecida com esta iniciativa**

Camaradas, o Juvendo, à partida e desde já é algo que é necessário apoiar e fazer avançar, porque possibilita a organização popular!

contra todas as formas de exploração da mulher !

A propósito de um anunciado «festival sexy» a realizar em Viana do Castelo, sabido que tais espectáculos nada têm de libertador, antes se servem dos recalcamentos e frustrações acumulados ao longo de anos de repressão, seguindo no caminho da alienação das populações, o núcleo local do M.E.S. distribuiu um comunicado em que se afirma nomeadamente:

...« Considera o M. E. S., que a primeira tarefa no sentido da libertação da mulher consiste na denúncia de todas as formas de exploração a que a mulher trabalhadora (todo o proletariado afinal) se encontra submetido e a tomada de consciência da mulher e do homem dessas mesmas formas de exploração e domínio de que a mulher é vítima e consequentemente toda a classe trabalhadora.

«Consideramos necessário dar bem a noção de que a exploração da mulher reveste formas que de facto só poderão ser consideradas de sobreexploração: a mulher é explorada em casa e profissionalmente.

«O anunciado «sexy festival» constitui exemplo flagrante da exploração da mulher como objecto de cobiça sexual e um atentado às liberdades do público espectador que não pode deixar de se sentir enganado e alienado depois de assistir àquela comercialesca palhaçada.»

— **Fora com os oportunistas da liberdade em Portugal!**
— **Abaixo o espectáculo alienatório!**
— **Abaixo a exploração sexual!**
— **Pela dignificação da mulher!**

A finalizar o comunicado salienta que:«o nú e o sexo nada têm de condenável. O acto sexual é um acto de alegria se assumido em perfeita liberdade, livre de repressões, sejam económicas, sociais ou outras. Pôr o acto sexual num espectáculo sem desmascarar todo o tipo de repressões da sociedade capitalista serve apenas para satisfazer, falsamente, todas as tensões e frustrações acumuladas no dia-a-dia desta sociedade de dominados e dominadores».

E.N, F.U.T, e que mais ?

Os partidos sociais-democratas — P. S. e P.P.D. — após a sua recente vitória eleitoral, pretendem traduzir em frutos **palpáveis** tal êxito. Tentam desesperadamente reforçar as suas posições nos postos fundamentais de poder e de influência sobre a opinião pública, no que tem particular importância os órgãos de Informação.

Assim se explicam as recentes movimentações na Emissora Nacional. Agitando o já estafado (mas sempre compensador) espantalho do anticomunismo, o que lhes vale o apoio dos sectores mais reaccionários; denunciando histericamente o controlo do P. C. sobre os orgãos de Informação (o que em muitos casos não é mentira nenhuma) não porque defendam o seu apartidarismo mas porque aspiram a substituir-se-lhe, estas organizações trabalham incansavelmente para atingir os seus objectivos.

É assim que assistimos à ascensão do sr. Igrejas Caeiro — recentemente eleito deputado pelo P.S. — a líder do reaccionário sector administrativo (e não só) da Emissora Nacional (onde o saneamento ficou longe do que era necessário (...).

Neste contexto o núcleo do M.E.S. na E. N. emitiu dois comunicados em que denuncia estas manobras, «face aos últimos acontecimentos entre os quais a demissão da Direcção a saída de dois comunicados de conteúdo ultra-reaccionário, um assinado por uns tais «trabalhadores antifascistas da E. N.» e outro por uma tal «Frente Unitária de Trabalhadores — F.U.T.», assim afirma:

O que se passa na E. N. é apenas uma das malhas do reacender da actividade reaccionária ao nível do País e consubstancia-se na tentativa de dividir os trabalhadores e de os voltar contra o processo revolucionário, orientando-os numa direcção social-democrata e direitista que sirva os interesses do capitalismo nacional e dos imperialistas norte-americanos.

O M.E.S. apoia a Direcção demissionária e denuncia os dois comunicados atrás referidos como estando integrados na campanha reaccionária em curso.

Juntamente com os camaradas da L.U.A.R., o M.E.S. exige a identificação desses grupos ditos «de trabalhadores» e apela também para uma mais intensa vigilância revolucionária.

Soares desmente, *L' EXPRESS* confirma...

O dr Soares tem a desgraça de ser singularmente incompreendido neste mundo. Muitos portugueses reconhecem-lhe o direito de «participante no avanço para o socialismo porque tem a fama de ser um perseguido pela reacção» No estrangeiro, a reacção capitalista reconhece-lhe o direito de ser um dos seus, porque tem a fama de «português capaz de impedir o avanço para o socialismo» Na nossa qualidade de portugueses empenhados no avanço para o socialismo não podemos deixar de protestar contra este duplo erro

O que acontece é que o dr. Soares pensa ser possível continuar eternamente aenganaremPortugal e no estrangeiro, confirmando um inteiro apoio às duas partes.

Vem isto a propósito de declarações do mencionado dr. Soares, sempre disposto a (des)mentir entre nós o que diz aos estrangeiros. Pouco depois do 11 de Março e conforme oportunamente informou o conhecido semanário francês «Le Canard Enchainé», o dr. Soares mandou dizer ao seu companheiro, o dr. Mitterrand, através do enviado especial Antoine Blanca: «O golpe de Estado do 11 de Março é muito simplesmente um negócio montado pelos serviços secretos soviéticos» e «já não são as nossas liberdades que estão em jogo mas simplesmente as nossas vidas». Isto na linha dos avisos de iminente «guerra civil»!

Por ter então denunciado os objectivos do dr. Soares, este acusou o Movimento de Esquerda Socialista de organização «irresponsável e infantil». Numa entrevista na rádio, dois dias após as eleições, o dr. Soares (des)mentiu todo o conteúdo daquelas declarações.

Mas na semana passada aconteceu o inevitável em jogos deste tipo: o «L'Express» confirmou a mensagem enviada pelo dr. Soares ao dr. Mitterrand.

Jean-François Revel, autor de «Nem Jesus, nem Marx» e admirador fervoroso do «grande Salvador» dr. Soares, teve, no último «L'Express» nova oportunidade para se referir àquela personalidade. Do artigo intitulado «A lição portuguesa» respigámos alguns parágrafos:

«O pior foi evitado — porque se esteve a dois dedos da anulação das eleições. Três dias antes do escrutínio Mário Soares declarava publicamente: «Não é impossível que as eleições se não efectuem». Em privado o dr. Soares era ainda mais pessimista. Ao socialista francês Antoine Blanca, que recolheu declarações para um relatório secreto destinado a Mitterrand, Soares dizia uma semana antes: «Vamos a caminho de uma democracia popular. Os meios de Informação estão inteiramente nas mãos dos comunistas. Temos de negociar com os tipógrafos do sindicato único, cada artigo do único jornal ainda disponível para nós.»

No mesmo documento o dr. Soares precisava e confirmava a André Pautard (enviado especial do «L'Express» a Lisboa) que o **11 de Março tinha sido «montado em todos os pormenores» para permitir aos militares criar o Conselho Superior da Revolução e impor aos partidos o «pacto» minimizando de antemão a expressão da vontade popular** O comandante Jesuíno, ministro da «Comunicação Social» — isto é da Propaganda — fazia aliás saber que o Movimento das Forças Armadas tinha «cometido um erro autorizando a formação dos partidos políticos após o 25 de Abril 1974». Ao mesmo tempo, num discurso pronunciado em Évora, Álvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P., marcava o rosto de Soares com o sinal da infâmia suprema: Este conspirara com Spínola».

«Felizmente, a quatro dias do escrutínio, a tendência moderada no seio da oligarquia militar veio ao de cima.

Como se vê o autor de «Nem Jesus, nem Marx», que há três meses apontava o dr. Soares como o «único dirigente político em Portugal cujo programa assentava numa visão clara», não se mostra agora mais inspirado na defesa do dr. Soares nem nos ataques ao processo português, campo aliás, em que já foi denunciado num comunicado da Comissão Política do M.E.S. em 31 de Março último.

28 de Abril de 1965:

40 000 soldados impõem vontade americana em S. Domingos

Fez no passado dia 28 de Abril 10 anos sobre a invasão da República de S Domingos Procuraremos em termos simples explicar as razões de tal intervenção, seus antecedentes e as formas de luta que o povo dominicano tem adoptado e seguido contra o imperialismo americano

A República de S. Domingos, situada no mar das Antilhas, especialmente rica em cana-de-açúcar encontrava-se no início deste século dominada por uma oligarquia aristocrático-feudal, fortemente ligada ao colonialismo europeu.

No início deste século os E.U.A. iniciariam a sua expansão neocolonialista especialmente no ataque directo executado sobre as colónias espanholas de Cuba, Filipinas, Porto Rico, S. Domingos e outras. Esta expansão seria caracterizada pela criação de **«Estados Independentes»** política e economicamente vinculados ao domínio americano. No caso de S. Domingos essa viragem far-se-ia inicialmente através duma **intervenção militar em 1916** seguida da criação de uma nova classe dominante (pró-americana) personificada no ditador Trujillo. Servindo-se do poder político e militar que tinha esta figura, e seus acólitos, foram aumentando a sua dominação económica em detrimento dos antigos oligarcas. Esta luta pelo poder económico entre os dois grupos foi lenta mas a ditadura trujillista (1930/61) acabou por concentrar nas mãos deste grupo praticamente todo o poder económico.

As alterações de interesses económicos americanos decorrentes da 2.ª guerra mundial, aos quais a enorme concentração do poder nas mãos dum só clã, já não correspondia, antes prejudicava, levou à queda do ditador.

A ascensão ao poder duma burguesia liberal encabeçada por Juan Bosch foi efémera, pois em 1963 a facção mais reaccionária da velha oligarquia colonialista num sobressalto desesperado para recuperar os privilégios perdidos, derrubá-la-ia através dum golpe militar.

DOS GOLPES BURGUESES À SUBLEVAÇÃO POPULAR

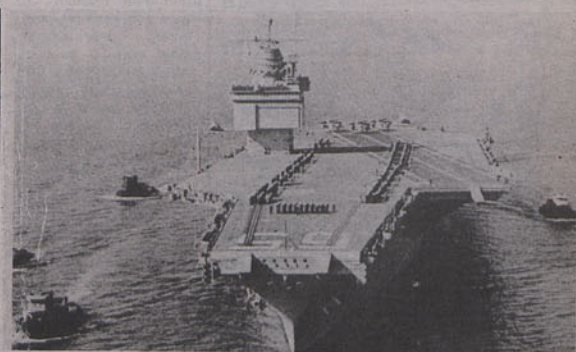
É neste ambiente de choques políticos, de lutas de camarilha pelo poder entre facções dos diversos extractos das classes dominantes que surge o golpe militar de 24 de Abril de 1965 montado por militares constitucionalistas (ligados à burguesia liberal do partido de Bosch) aliados ao sector trujillista (desejosos de recuperar o terreno perdido a partir de 1961). **Este golpe de Estado, simples quesília de família acabaria por se transformar em sublevação popular** A inesperada resistência oferecida pelo sector ultrareaccionário no poder favorece a auto-organização e passagem à acção espontânea das massas populares, assaltando quartéis, ocupando as ruas, etc. Se bem que desejando uma outra forma de apoio popular bem mais passiva — restringida se possível ao aplauso — **os militares liberais que lideravam o golpe vêm-se obrigados a ceder armas ao povo** Foi esta imensa participação popular que permitiu a vitória sobre o governo ultrareaccionário em 27 de Abril de 1965. **Vemos pois, como em dois dias um simples golpe militar onde se confrontavam oligarcas colonialistas e representantes da burguesia liberal se transformou numa revolução popular de consequências imprevisíveis**

Este facto não passaria desapercebido em Washington e a 28 de Abril os Estados Unidos intervinham militarmente A pretexto de protegerem a vida dos súbditos americanos num país entregue à «anarquia» e a coberto da Organização dos Estados Americanos (O E A) — como sabemos veículo político da dominação norte-americana sobre a América Latina — são desembarcados 40 mil soldados na ilha

OS AMERICANOS ARRUMAM A CASA

Embora proclamando amiúde a necessidade da luta anti-imperialista, as organizações progressistas dominicanas foram completamente surpreendidas pela intervenção americana. **Reagindo com rapidez iniciaram a formação de milícias partidárias ou o simples enquadramento das massas populares gerando o embrião dum exército popular que resistiria ao cerco americano por quatro meses** A debandada dos elementos militares trujillistas para o outro lado da barricada levou os militares constitucionalistas à negociação com os agressores americanos, aparentemente em condições vantajosas para a sua situação de vencidos. Era-lhes garantida a permanência no Exército e feita a promessa da realização de eleições livres, mas a realidade, como aliás seria de esperar, mostrou-se bem diferente.

A neutralização do sector militar constitucionalista fez-se através do seu enquadramento em unidades controladas pelos americanos; ao mesmo tempo que era desencadeada uma vaga de terror sobre o povo, através do assassinato de dezenas de militantes revolucionários ou simples combatentes nacionalistas. **Assim sob o braço «democrático» das espingardas americanas realizaram-se as prometidas eleições em circunstâncias praticamente coloniais que poriam no poder o candidato pró-americano Balaguera**

De seguida os americanos empenharam-se em **reconstruir o aparelho repressivo abandonando formalmente o país quando tal sistema se mostrou satisfatório** A repressão debruçou-se de seguida e com especial vigor sobre o sector operário. No sector da indústria açucareira, espinha dorsal do capitalismo de Estado dominicano, e noutros sectores estatais, **foram afastados mais de 25 mil operários**, representando os elementos mais avançados das organizações sindicais e políticas.

Para os lugares vagos foram destacados elementos das forças armadas ou ex-militares de confiança. **Foi também criada uma organização sindical paralela à existente, sob a orientação da F L S O**, organização sindical americana controlada pela C.I.A. Porém apesar da rude derrota sofrida, a partir de 1971/72 começaria a reorganização da resistência operária quer através de organizações legais quer de movimentações clandestinas, especialmente no sector açucareiro onde se concentram as grandes massas operárias.

OS CAMINHOS PARA A LIBERTAÇÃO

Após a realização das eleições e derrota da revolução todas as organizações vencidas no processo, desde os liberais burgueses às forças revolucionárias, iniciaram um trabalho de reformulação da sua estratégia visando agora a luta directa e efectiva pela libertação nacional.

O P.R.B., liberal, de Bosch, afastou-se da perspectiva da democracia burguesa que até aí defendera. Tomando como alternativa um programa claramente anti-imperialista o partido de Bosch tornou-se num dos primeiros partidos liberais da América Latina de feição radical, devido à cruel experiência que vivera. A esquerda revolucionária, especialmente o Movimento Popular Dominicano extraiu a conclusão de que **se as massas urbanas eram suficientes para o derrube do governo, eram no entanto incapazes de garantir a resistência à intervenção externa dos imperialistas** Compreende-se que era indispensável o trabalho junto dos camponeses porque no país — e os factos tinham-no provado — a guerrilha não é necessária para o derrube do governo, (ao contrário de certas teses levadas à prática na América Latina), mas imprescindível como forma de resistência à intervenção americana. O campesinato representa mais de 60 por cento da população nacional. Se essas massas não estiverem participantes no processo não será possível logicamente levar a cabo qualquer projecto revolucionário. Assim, as organizações revolucionárias debruçaram-se sobre o sector camponês, até ao momento verdadeira reserva humana da oligarquia. Procurou-se mobilizar o campesinato em redor dos seus problemas mais urgentes e imediatos. Este trabalho, inicalmente difícil, acabou por avançar e **a partir de 1969, gera-se uma tempestade política entre os camponeses.** Em redor da luta pela terra, **desencadeia-se uma vaga de ocupações por todo o país** O governo responde com a repressão prendendo centenas de camponeses e expulsando os restantes das terras que tinham ocupado. Generaliza-se o estado de desordem social sob a palavra de ordem «preferimos ser mortos a morrer de fome». O governo responde então com a demagogia, prometendo uma reforma agrária que daria terras para todos, etc., orquestrada numa campanha monumental, mas sem resultados visíveis, pois os camponeses continuam a ocupar terras, na base do raciocínio de que «se o governo nos vai dar as terras nós tomamo-las já». Esta acção deve-se sem dúvida à actividade agitadora dos grupos revolucionários. Em cada região onde o governo afirma que se irá realizar a reforma agrária é fomentada a ocupação imediata das terras. O governo responde frequentemente com a repressão, o que torna evidente às massas camponesas o carácter demagógico das promessas e a brutalidade da repressão do governo a que anteriormente serviam de apoio.

do monopólio de poder da burguesia – à democracia proletária

Em cada momento e em cada local, a luta do proletariado, para ser vitoriosa, tem de ser definida à luz do objectivo final o Comunismo e por ele terá de ser guiada. Caso contrário, as massas trabalhadoras apenas obterão conquistas parciais e ilusórias, sempre recuperadas pela burguesia, e permanecerão na posição de dominadas e exploradas. Só sabendo pelo que se luta é possível definir como se luta.

Na fase actual da luta dos explorados e oprimidos em Portugal, o M. E. S. entende ser fundamental propagandear a verdadeira alternativa ao sistema de opressão e exploração capitalista, mostrando claramente que não se pode ser socialista sem se ser comunista. O M. E. S. entende ainda que, na fase actual da luta de classes, é absolutamente necessário que na luta pela defesa dos seus interesses imediatos e em todas as lutas parcelares, as massas trabalhadoras vão colocando os objectivos tácticos que as liguem à sua luta política global pelo Comunismo. Só assim se avançará para a Revolução Socialista. Doutra forma, embora não estando para amanhã, continuará a ser deixada para o fim do mundo.

sociedade capitalista

A sociedade capitalista é uma sociedade de classes. É uma sociedade em que o monopólio de uma classe, a burguesia, sobre os meios de produção, lhe permite explorar economicamente, dominar ideologicamente e oprimir politicamente a classe dos produtores, o proletariado.

Tal como todas as sociedades de classes que a antecederam historicamente, é uma tentativa de organização social transitória. A grande diferença em relação a todas as outras sociedades de classes é que o proletariado não se pode emancipar sem libertar ao mesmo tempo todas as camadas sociais. O termo da exploração capitalista marca o termo da exploração do homem pelo homem e a transição para a sociedade sem classes. A luta do proletariado pela abolição do trabalho assalariado e do capital é uma luta pela emancipação do homem que, quando vitoriosa, porá fim à pré-história da Humanidade marcada pela opressão de classe.

Na sociedade capitalista, o problema fundamental dos trabalhadores não é a grandeza do seu salário ou a duração do seu trabalho. O problema fundamental dos trabalhadores é a escravatura a que são submetidos enquanto assalariados ao serviço do capital. O problema fundamental é a própria existência do trabalho assalariado, a exploração e opressão capitalistas.

A batalha pelo Socialismo começa no seio da sociedade capitalista e as primeiras vitórias hão-de ser conseguidas aí. Assim se reunirão as condições para atingir a fase de ruptura revolucionária da ordem capitalista, adquirindo as classes trabalhadoras, progressivamente, o grau de consciência de classe e organização indispensáveis ao afrontamento decisivo.

a revolução socialista

A Revolução Socialista não se resume à conquista do Poder. Inicia-se antes da conquista do Poder, a partir do momento em que as massas exploradas e oprimidas tomam como objectivo central da sua luta essa conquista e permanece enquanto durar a ditadura revolucionária do proletariado.

A conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados não elimina a sociedade de classes. As classes e a luta de classes permanecem no Socialismo sob formas evidentemente diferentes das que assumem na sociedade capitalista.

Desapossada do poder político, a burguesia não perde automaticamente todo o seu poder. Permanecendo a ideologia burguesa, certas formas de produção capitalistas, aspectos da lógica da organização capitalista da produção e da sociedade, a necessidade de manutenção de quadros técnicos burgueses e as limitações impostas pelo sistema imperialista, continuam abertas as hipóteses de restauração do capitalismo.

a ditadura do proletariado

A conquista do Poder pelos trabalhadores, sob a direcção da classe operária, visa, deste modo, a destruição da dominação burguesa e do seu aparelho de Estado, através da dominação proletária, da ditadura do proletariado, que se afirma através da edificação de um Estado de tipo novo e representa uma ditadura sobre a burguesia.

Ditadura do proletariado é, pois, sinónimo de democracia proletária (como a democracia burguesa significa ditadura da burguesia), sendo, por isso, uma verdadeira democracia para os operários, camponeses, intelectuais revolucionários e outros aliados do proletariado.

A ditadura do proletariado envolve o duplo aspecto da direcção e dominação. Direcção do proletariado no seio do bloco revolucionário, de modo a assegurar à classe operária o consenso dos seus aliados, condição para poder ser uma classe dirigente. Dominação sobre a burguesia como classe para garantir ao proletariado a posição de classe dominante.

A ditadura do proletariado não se exerce contra os burgueses individualmente, que se poderão integrar como trabalhadores da nova sociedade, mas contra a burguesia, ou seja, contra as acções concertadas de burgueses destinadas a reassumirem-se como classe potencialmente dominadora.

A ditadura do proletariado, como forma política de domínio sobre a burguesia, não se confunde com o terror e a repressão arbitrária, com o totalitarismo de Estado, apenas usando dos meios coercivos ao seu dispor quando for infringida a legalidade socialista, entendida como expressão do poder proletário, devendo de qualquer modo privilegiar a luta político-cultural em relação aos expedientes administrativos.

A ditadura do proletariado não pode confundir-se com a ditadura de um partido operário ou de vários partidos coligados, pois assenta no poder dos Conselhos de Trabalhadores que constituem nela o fundamento e sede última do poder político.

A necessidade da organização da vanguarda da classe permance para além da tomada do Poder. A organização dessa vanguarda pode ser integrada por um ou mais partidos, sendo determinada pelas condições históricas em que se efectivar a tomada do Poder.

o socialismo

O Socialismo significa uma sociedade onde os trabalhadores, sob a direcção da classe operária, detendo o poder político e a posse dos meios de produção, organizam a produção para a satisfação das necessidades e não para o lucro, pondo fim à escravatura do trabalho assalariado e, pela extinção progressiva do Estado, vão caminhando para uma sociedade sem classes, para o Comunismo.

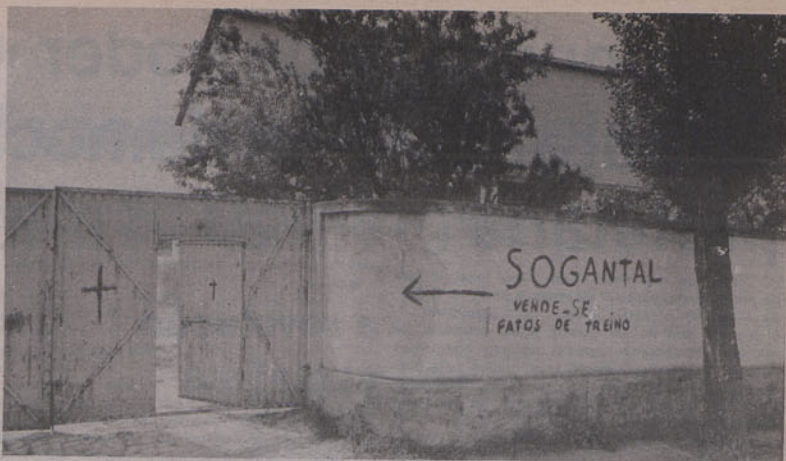
Socialismo não se confunde com uma sociedade de onde a direcção política é instrumento de dominação sobre os trabalhadores.

o comunismo

Só numa sociedade socialista se pode caminhar no sentido do desaparecimento da submissão dos trabalhadores à divisão do trabalho e, assim, do desaparecimento da oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e entre a cidade e o campo.

Só numa sociedade socialista se poderá caminhar para uma situação em que o trabalho não seja um meio de subsistência, mas se transforme na necessidade fundamental de cada homem. Só nesta sociedade se poderá caminhar para que cada um dê à sociedade segundo as suas capacidades e receba segundo as suas necessidades. Só nessa sociedade a satisfação das necessidades se pode transformar no único motivo da produção. Só nessa sociedade se pode caminhar, portanto, para uma situação na qual as classes e a exploração do homem pelo homem sejam para sempre banidas.

O Socialismo é, pois, a fase de construção do Comunismo.

"Dominação sobre a burguesia como classe... para que... os trabalhadores, sob a direcção da classe operária, detendo o poder politico e os meios de produção organizem esta, para a satisfação das necessidades e não para o lucro, pondo fim à escravatura do trabalho assalariado e pela extinção progressiva do Estado, vão caminhando para uma sociedade sem classes, para o comunismo"

Continuação da pág. 1

a exploração e opressão capitalista.

Preparando-se para novas formas de combate ao sistema de exploração existente nas relações capitalistas de produção, as operárias da Sogantal pretendem organizar uma cooperativa e preparam-se para retomar o velho local de trabalho abandonado à tempos.

Passam para isso em revista, alguns dos erros cometidos no passado para os evitar futuramente.

No que respeita ao abandono das instalações, o que hoje consideram precipitado, condenam o sindicato, que neste caso, entendem não ter agido correctamente:

— «Não procedeu bem porque ao lançar a «boca» de que os franceses, através da embaixada viriam buscar toda a maquinaria, alarmaram a gente, que, desorganizadamente, de lá retirámos tudo o que pudemos da forma menos conveniente, deixando muita coisa ao abandono. Este pânico desorganizou evidentemente a nossa luta, não fazendo depois, o sindicato, praticamente mais nada para nos moralizar e ajudar».

MANOBRAS VÁRIAS...

Outro passo em falso foi a ingenuidade com que a seguir ao abandono da fábrica indiscriminadamente recorreram a «auxílios».

De facto, na necessidade de se instalarem com algumas das máquinas e os stoks de fatos de treino para venda, e sabendo da existência em semi-aproveitamento de uma sede do Partido Socialista no Montijo, pediram as operárias ao P.S. licença para a utilização de algumas das suas dependências.

Dada a autorização, logo surgiu a «vota P.S.» lá do sítio com um molhinho de fichas... que não custava nada... que era só uma assinatura, etc...

No entanto, já recentemente factos mais graves aconteceram reforçando a decisão do regresso à antiga fábrica.

Um funcionário do tribunal, aproveitando a ausência das operárias, conseguiu entrada na sede donde retirou um motor de uma das máquinas de costura. A razões de «justiça» baseiam-se em dívidas do antigo patrão francês para com o Estado. Foi assim, que da compreensão entre militantes do P.S. e o justiceiro funcionário, resultou a inutilização de um meio de trabalho fundamental às operárias da Sogantal.

Faz agora um ano que, estas, com o auxílio de populares, conseguiram pela força e contra a força, repudiar uma tentativa idêntica em que o ex-patrão e alguns correlagionários seus pretendiam retirar equipamentos assaltando a fábrica.

Dizem-nos as operárias: «— Não o fizeram porque não deixámos. Estávamos dispostas a morrer se necessário... eles é que não levariam nada. E não levaram! E é agora um escrivão qualquer que nos vai tirar, sem mais aquela, as nossas ferramentas? Nós, daqui, nem a chave temos... por isso foi fácil ao homenzinho conversar com os P.S.».

Pelo modo decidido com que falou esta operária e o que sabemos do anterior e mal sucedido golpe de mão, advinhamos dificuldades às novas investidas da «justiça» que, sabemos estarem a chocar já nos tribunais contra as operárias da Sogantal.

VOLTAR A PRODUZIR

O regresso às instalações fabris abandonadas obedece portanto a duas razões fundamentais: segurança e reorganização.

A vontade de criar uma cooperativa é grande. Para já torna-se necessário arranjar de novo as instalações que estão em estado lamentável e montar aí, de novo, a maquinaria.

Isto requer despesas grandes, para o que o sindicato já se comprometeu em contribuir. A festa organizada para dia 29 de Maio espera-se que dê também uma ajuda apreciável.

Depois deste primeiro passo, a reinstalação na fábrica, põe-se o problema da reconversão necessária para que a cooperativa seja possível.

A equipa só está apta a fazer montagem em linha de peças já cortadas, pois que era só isso o que estava nos intentos da super-exploração praticada pelo patrão francês. Todo o material era importado de França já cortado e para lá era de novo exportado como produto acabado.

É necessário, por isso, reconverter o processo produtivo completando-o com maquinaria de corte ou acordando trabalho com fábricas nacionais que façam esse corte.

Necessitará também, a futura cooperativa, de apoio contabilístico e outros serviços.

Conscientes destas dificuldades e de outros problemas próprios à transformação da empresa, as operárias mostram-se decididas a avançar no seu projecto.

Sabem que terá que ser delas a iniciativa, assim como deverão sempre ser elas a manter o controle do sistema que criarem.

Desejam e esperam, no entanto, ajudas tanto ao nível estatal como de outros trabalhadores e população, a quem apelam, de imediato, para uma presença solidária na Festa Sogantal no dia 29 de Maio, primeiro aniversário da luta.

SOGANTAL
1 ANO DE LUTA
20-5-74 * 20-5-75
GRANDE FESTA DE TRABALHADORES

DIA 29 DE MAIO ÀS 15 HORAS NA PRAÇA DE TOUROS DO MONTIJO

As camaradas da «Sogantal» convidam muito em ESPECIAL todos os Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros para a sua Festa de solidariedade que se realiza no Montijo às 15 horas do dia 29 de Maio de 1975.

Porque julgamos que a nossa luta teve uma importância no avanço do processo de luta da Classe Operária Portuguesa vamos convosco camaradas festejar este ano de luta.

Para que ela seja uma grande Festa Nacional organiza na tua empresa uma Excursão e vem prestar-nos o teu apoio quer moral quer material.

Haverá um programa expontâneo que incluirá entre outras coisas: CANTO LIVRE com os melhores artistas progressistas, um mini Teatro etc.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS